

A (RE) ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO RIO GRANDE DO NORTE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ALTO OESTE: PARTICULARIDADES SOBRE PAU DOS FERROS¹

JOSENEY RODRIGUES DE QUEIROZ DANTAS²
FRANCICLÉZIA DE SOUSA BARRETO SILVA³

Resumo

Este trabalho se remete a análise do processo de (re) organização do espaço urbano potiguar e suas implicações para o Alto Oeste, especialmente para Pau dos Ferros. Partimos do entendimento de que a apreensão dos determinantes da questão urbana e regional no Brasil torna-se cada vez mais premente no momento em que, o consenso em torno dos “lugares eleitos” comanda as discussões na academia, e a maioria das decisões públicas de investimento. No Rio Grande do Norte, a despeito das mudanças na estrutura produtiva e na organização sócio-espacial, os investimentos continuam concentrados no Litoral Oriental, e em Mossoró. As demais regiões excluídas dos projetos de investimento Estatais e/ou do capital privado se veem dependentes das transferências públicas e dos programas de transferências de renda, insuficientes para retirar a população da linha de pobreza.

Palavras-chave: Estado, urbanização, Alto Oeste, Pau dos Ferros.

Abstract

This work refers to the analysis of the process of (re) organization of urban space RN and its implications

for the Upper Midwest, especially for Pau dos Ferros. We start with the understanding that the seizure of the determinants of urban and regional issue in Brazil is becoming ever more pressing at the moment, the consensus around the “elected seats” commands the discussions at the academy, and most public investment decisions. In Rio Grande do Norte, in spite of changes in production structure and socio-spatial organization, investment remains concentrated on the East Coast, and in Mossoró. The other areas excluded from State investment projects and / or private capital find themselves dependent on public transfers and income transfer programs, insufficient to draw people to the poverty line.

Keywords: State, urbanization, Upper Midwest, Pau dos Ferros.

JEL: R11; R58

1 Introdução

Consideramos como ponto central desse estudo o entendimento de que a análise urbana e regional no Brasil não deve se dissociar do estudo das persistentes assimetrias estruturais que caracterizam as relações entre as diversas regiões e classes sociais, dos fatores de continuidade, inércia e rigidez das desigualdades econômicas e sociais persistentes no país.

A análise do espaço urbano sob esse ângulo nos cria possibilidades, dentre outras coisas, de desvelamento da existência e permanência de uma heterogeneidade regional e social no Brasil, que tende a se agravar à medida que o capital se expande. Problematizando essa lógica, Tavares (1999, p. 455) afirma que a:

[...] heterogeneidade social explica-se, sobretudo pela conquista do espaço interno de acumulação, em condições de dominação que vão se alterando no tempo e nas formas

¹ Este artigo é uma versão modificada do artigo apresentado no IX ENABER - Natal em outubro de 2011.

² UFRN/UERN - Departamento de Economia. Área de Economia Regional e Urbana joseney_queiroz@hotmail.com

³ UERN - Departamento de Economia; Área: Economia do Trabalho - cleziasb@yahoo.com.br

de ocupação do território, mas que sempre confirmaram a tendência à concentração crescente da renda e da riqueza e à exploração brutal da mão-de-obra.

Para Brandão (2007), o bloco histórico que domina o país, se alimenta e se reproduz, também, da extensividade, do caráter itinerante, “da fuga para frente” sempre em busca de fontes de valorização que utilizam a dimensão continental e a dialética da alta concentração geográfica e ao mesmo tempo; a altíssima capilaridade e capacidade de interiorização e saída para dentro que o capitalismo brasileiro aprendeu a utilizar, constituindo cadeias produtivas longas e complexas.

À medida que o capital se infiltra nesses espaços mais atrasados e que ocorre sua progressiva penetração, é notório o aprofundamento dos desníveis e assimetrias inter-regionais. A acumulação capitalista no país expande, portanto, por meio dos circuitos da reprodução ampliada do capital, que constantemente se propõem à conquista de mercados consumidores e de produção, colocando à disposição do mercado nacional, novos e variados valores de uso.

No período entre 1930 e 1955, a integração nacional ocorre de forma complementar a economia do pólo dinâmico da acumulação, sob a hierarquia de comando daquele centro a partir de uma coerência imposta pelo espaço hegemônico e dinamizador do processo de integração dos mercados internos. Nesse período, os capitais mercantis hegemônicos não se dispuseram a metamorfosear-se em capitais industriais, preservaram seu caráter rentista e patrimonialista, característicos da nossa burguesia nacional. “As oligarquias regionais contrabalançaram a sua decadência econômica cíclica com maior peso político relativo junto ao governo central” (TAVARES, 1999, p.456).

Nesse sentido, o urbano constituiu, desde cedo, espaço privilegiado para as forças patrimonialistas e mercantis e o rural se consolidou como espaço de itinerância dos

capitais fundiários e agrários. “Havia pouco lugar para conflitos entre esses espaços, posto que ambos conheceram amplas possibilidades de fuga para frente e de apropriação de ganhos fáceis e rentáveis”, como nos afirma Brandão (2007, p. 118). Principalmente se considerado o fato de que a instituição no país de uma forma de acumulação, tipicamente capitalista, a partir de 1930, não significou o aniquilamento do modelo de acumulação antigo. Pelo contrário, há, segundo Oliveira (2003) a instituição de um período relativamente longo de coexistência de políticas aparentemente distintas, mas ao mesmo tempo inter-relacionadas. Ou seja, a formação do parque industrial brasileiro que se iniciava, surgiu dependente da potencialidade brasileira na oferta de produções agropecuárias, posto a necessidade do acúmulo de divisas para o país continuar importando.

A despeito das mudanças ocorridas com a industrialização pós-1930 e, especialmente, pós-1960, sob a lógica da industrialização pesada, a rede urbana brasileira ainda era marcada por centros urbanos de baixa complexidade funcional e pouco articulada entre si, “o país estava estruturado em torno de metrópoles regionais consolidadas ou em formação” (CORREA, 2006, p. 314).

A urbanização segue em ritmo acelerado nos anos 1970, com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, programa voltado para a expansão da indústria de insumos básicos e de bens de capital, o qual privilegiou os setores e sub-regiões produtoras de exportáveis. Nessa dinâmica, as diversas regiões periféricas dinamizaram suas bases produtivas regionais, inseriram suas populações no mercado de trabalho e diversificaram algumas de suas cidades pólo.

Por todo o território nacional a “construção pesada”, sob o domínio do capital mercantil e privilégio político junto ao Estado se consolidou, resguardando é claro as particularidades próprias de cada estado.

Essa coalizão conservadora tem seu interesse assegurado pelos cartórios, câmaras de vereadores, pelo poder judiciário etc., travando as possibilidades de rompimento com o atraso estrutural e de avançar no direito à cidade e na gestão democrática e popular dos espaços regionais e urbanos. (BRANDÃO, 2007, p. 140)

Conjuntamente a esse processo de industrialização/urbanização, também explodem as demandas sociais, a violência urbana e a marginalidade, a criminalidade, a intensificação da informalidade e a precarização do trabalho no nosso país.

Todos esses movimentos que metamorfoseiam a dinâmica do espaço urbano denotam a preocupação do capital em manter vivo o seu circuito de acumulação que depende e pressupõe: 1) da existência de um excedente de mão-de-obra que imprima sobre os trabalhadores empregados uma pressão para o rebaixamento dos salários; 2) da oferta de meios para o consumo produtivo do capital e 3) da existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Assim, diz Harvey, “em cada um desses aspectos, o progresso da acumulação capitalista talvez encontre uma barreira que, uma vez atingida, provavelmente precipitará uma crise de determinada natureza” (2006, p. 44).

Com a crise dos anos de 1970, se inicia um quadro crítico mundial de “baixa” nos níveis de crescimento mundial, pondo fim a um período do sistema capitalista conhecido como os “trinta anos gloriosos”, de rigidez fordista, em que o capital como forma de enfrentamento impulsiona uma nova onda tecnológica, com a aceleração da acumulação rentista, o que condiciona a reemergir de forma brusca os ideais liberais. A emergência de um novo paradigma prejudicou ainda mais o engajamento das economias subdesenvolvidas, devido à mundialização do capital e às reformas liberalizantes daí originárias. Sobretudo porque a forma de

(re) inserção imposta a estes países tendeu a intensificar o grau de dependência destes, se considerada o caráter predatório da concorrência e a crescente mobilidade dos capitais pelo globo.

Essa transição de modelos produtivos pode ser considerada produto da constituição de empresas, que operam cada vez mais em rede, e voltada à diferenciação dos produtos, num ambiente de acirrada concorrência intercapitalista. As cidades, pólos e regiões transformaram-se em pontos e nós de fluxo de uma rede imensa e articulada, até certo ponto independentes das fronteiras nacionais, transformando-se em “espaços nacionais da economia internacional, onde grandes empresas valorizam seus capitais em um número crescente de áreas e atividades, produzindo rápidas mudanças na divisão territorial do trabalho”. (CARVALHO, 2006, p. 11).

A reformulação do papel do Estado, a partir dos anos 1990, com fins a atender às novas demandas do capital, envolveu um intenso processo de privatização, flexibilização das leis trabalhistas e desregulamentação do setor financeiro, o que o deixa mais propenso a crises e o retira de funções clássicas de períodos anteriores, tais como a promoção de uma melhor distribuição da riqueza, e a desconcentração espacial desta. Destacamos também dentre essas transformações a revitalização do papel das grandes metrópoles, uma vez que, mesmo não sendo mais o centro industrial, continuam a ser o centro financeiro e de comando da economia, bem como, as responsáveis pela oferta dos serviços especializados.

Tanto no âmbito nacional como global, a tendência à desindustrialização das áreas industriais tradicionais tem sido uma das características principais desse novo modelo. Segundo Pontes (2006), essas tendências estariam sinalizando processos de reorganização do modelo territorial fordista como resultados da redefinição regional do trabalho.

Grandes regiões industriais foram edificadas em torno de atividades industriais que hoje estão em acentuado declínio (siderurgia, metalurgia, metal mecânica, têxtil, etc.), enquanto os setores emergentes (eletrônica, telecomunicações, novos materiais, química fina, biotecnologia, etc.) não tinham maior significado, ou compromisso com tais áreas. (PONTES, 2006, p. 334).

Essas mudanças, portanto, não afetam apenas as áreas mais dinâmicas do país, têm atingido também as demais regiões, como é o caso do Nordeste Brasileiro que vinha sendo beneficiado com o processo de desconcentração implantado nas décadas de 1970 e 1980. A crise e a instabilidade econômica que se acentua na década de 1990 interromperam as transformações que vinham ocorrendo na distribuição regional da indústria, fazendo com que o processo fosse de certa forma, revertido; ou seja, o processo de desconcentração foi paralisado, voltando à produção a se reconcentrar nas áreas mais dinâmicas do Centro-Sul do país.

Araújo (2000) afirma que as mudanças políticas e econômicas ocorridas no âmbito nacional tendem a romper a prioridade dada à montagem de uma base econômica que lentamente vinha desconcentrando atividades para as regiões periféricas. Esse fenômeno torna-se mais grave quando se verifica a guerra fiscal entre os Estados para consolidar alguns pontos de dinamismo em suas áreas de atuação. “O receptor das benesses (a grande empresa) é quem

determina o final do torneio e define o vitorioso da guerra entre lugares” (BRANDÃO, 2007, p. 49).

No Rio Grande do Norte, a dinâmica econômica recente não contribuiu para uma desconcentração da riqueza ou melhoria da rede urbana, ao contrário “reforçou uma urbanização fortemente concentradora e polarizada” (CLEMENTINO, 2003, p. 17)

É nesse contexto que nos propomos a estudar o processo de (re) organização do espaço urbano potiguar e suas implicações para a microrregião do Alto Oeste Potiguar, e, em especial para Pau dos Ferros. A escolha de Pau dos Ferros como área de estudo se deu pelo fato de essa cidade exercer uma importância geoeconômica fundamental no interior do estado do Rio Grande do Norte, liderando uma microrregião que já ultrapassa os 242 mil habitantes⁴. Além do mais, este município é favorecido por uma corrente e concentração de fluxo de população, mercadorias e dinheiro, que circunda uma região fronteira entre os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, o que levou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE a classificá-la como Centro Sub-regional⁵. Vale ressaltar ainda, que apesar do crescimento deste município verificado na última década, este convive constantemente com problemas estruturais, que caracterizam a lógica empreendida na região em que este se insere e, seu caráter concentrador.

⁴ Soma da população dos 37 municípios que compõe a Microrregião do Alto Oeste, localizada no extremo Oeste do Rio Grande do Norte. IBGE (2010).

⁵ De acordo com o estudo das Regiões de influência das cidades (REGIC) 2007, realizado pelo IBGE, no topo da hierarquia estão as metrópoles, que se constituem nos 12 principais centros urbanos do país; em seguida as capitais regionais, 70 centros que se relacionam com o extrato superior da rede urbana, com capacidade de gestão imediatamente inferior à das metrópoles e com área de influência regional, no Rio Grande do Norte, encontram-se nesta categoria Natal (nível A) e Mossoró (nível C); em terceiro lugar na hierarquia estão os centros sub-regionais, 169 centros com atividades de gestão menos complexa entre os níveis 5 e 6, e área de atuação mais reduzida, estão nesta categoria Caicó e Pau dos Ferros (nível A) e Açu e Currais Novos (nível B). (IBGE, 2008)

“
Em termos de rede urbana, Clementino (2003) destaca que a dinâmica recente da economia potiguar não contribuiu para a sua desconcentração, muito ao contrário, reforçou uma...
”

2 O processo de urbanização do RN: abordagens sobre Pau dos Ferros.

No Rio Grande do Norte, as desigualdades intra-regionais refletem-se na concentração dos investimentos em dois pólos: o litoral oriental, que além de sediar a capital, conta com as atividades turísticas, industriais e comerciais e; a região de Mossoró, com a agricultura irrigada e a indústria extrativa (petróleo e sal). Enquanto isso, nas áreas não competitivas “são as aposentadorias e as transferências governamentais (FPM e ICMS) que movimentam a economia local” (CLEMENTINO, 2003, p.398).

Nessa situação, encontram-se a grande maioria dos 167 municípios que compõem o nosso estado. Destes municípios, um número significativo foi criado no século XX, inclusive, os últimos 16 municípios foram criados na década de 1990, como resultado da Constituição de 1988, que “estabeleceu critérios pouco rígidos para a emancipação de distritos e criou atrativos como o Fundo de Participação dos Municípios sem exigir contrapartidas em serviços a ser prestado à população local” (CLEMENTINO, 1997, p.5).

O resultado dessa expansão foi o desenfreado processo de criação de cidades⁶ que tem levado ao desequilíbrio socioeconômico e popu-

lacional do estado evidenciado em algumas regiões menos favorecidas. O Alto Oeste Potiguar⁷ é um desses casos, em que os municípios não desenvolvem atividades capazes de garantir sustentação econômica e muito menos qualidade de vida para sua população. A maioria deles tinha como base econômica a agricultura, em especial a cultura algodoeira, e, após a crise do algodão, não houve novas atividades agrícolas ou industriais que lhe dessem sustentação. A redução da participação do PIB do Alto Oeste na composição do PIB estadual de 4,42 em 1999 para 3,95 em 2002, bem como a manutenção de baixos índices durante a década, apenas 4,08 em 2008 comprovam a não recuperação da economia dos municípios do Alto Oeste. IBGE (2010a).

Em termos de rede urbana, Clementino (2003) destaca que a dinâmica recente da economia potiguar não contribuiu para a sua desconcentração, muito ao contrário, reforçou uma urbanização fortemente concentrada e polarizadora e explicitando as mesmas cidades. As transformações ocorridas de forma seletiva pouco contribuíram para corrigir distorções na fragmentada e dispersa rede urbana potiguar. As relações econômicas e funcionais entre a Grande Natal e o *hinterland* potiguar se dão sobre forte liderança de Natal, devido sua importância econômica e concentração dos serviços públicos. Os indicadores referentes à concentração da população urbana atestam o papel de centro polarizador, desempenhado historicamente pela capital do Estado.

Em 1960, 62% da população do RN residia em área rural; em 1970, mais de 50% da população residia em áreas, vilas ou cidades com menos de 20 mil habitantes, com a singularidade de que dos 49% residentes em municípios com

mais de 20 mil habitantes, 34,9% estavam concentrados em natal e 10,8% em Mossoró. [...] Em 1991, a população rural é muito pequena e não há indícios de modificações na rede urbana do interior. Natal, sozinha, concentra 36,3% do Estado e o aglomerado urbano de Natal, 41,7% que acrescidos à população urbana de Mossoró, que é de 11,5%, somam 53,2%. (CLEMENTINO, 2003, pp. 400-401)

Ainda de acordo com Clementino (op. cit.), os dados referentes ao Censo 2000 apontam uma pequena desconcentração relativa do município de Natal que reduz sua participação na população urbana do RN de 36,3% para 34,9% entre 1991 e 2000. Entretanto o seu aglomerado urbano aumenta participação de 41,7% para 45,1% no período, e quando somados à população urbana de Mossoró (9,7%) passa para 54,8%.

Os dados preliminares do Censo 2010 apontam que a população potiguar continua se concentrando na capital do Estado e no seu entorno. O maior crescimento populacional em termos absolutos se deu em Natal (712.317 em 2000 para 803.811 em 2010), seguido por Parnamirim (124.690 em 2000 para 202.413 em 2010). Enquanto todos os municípios da região metropolitana registraram crescimento em sua população, 41 municípios potiguares com menos de 15.000 habitantes tiveram sua população reduzida, o caso mais grave foi do município de Severiano Melo, localizado na região do Alto Oeste que em 2000 tinha uma população de 10.579 habitantes e em 2010 conta com apenas 5.752, uma redução de quase metade da população. (IBGE, 2010).

Em termos de concentração urbana, a desconcentração relativa da população urbana de Natal verificada na década de 1990, continuou

⁶ Sedes dos referidos municípios.

⁷ Composta por 37 municípios, subdivididos em três micro-regiões (Pau dos Ferros, São Miguel e Umarizal), o Alto Oeste tem a maioria de sua população vivendo em cidades (61%). Apenas dois desses municípios, Pau dos Ferros e São Miguel, superam os 20 mil habitantes.

no período 2000-2010 (34,9% para 32,60%), entretanto, ao verificar seu aglomerado urbano, houve aumento de 45,1% para 49,30%, o que somado à população urbana de Mossoró (8,21%), chega a 58,92%, índice superior a 2000. (IBGE, 2010).

Importante ressaltar que apesar dessa concentração da dinâmica produtiva e populacional, a rede urbana potiguar conta com quatro centros intermediários, que desenvolvem atividades menos complexas, desempenhando importante papel para os municípios que se encontram no entorno principalmente no que se refere à prestação de serviços básicos como educação e saúde e ao comércio varejista; referimo-nos aqui aos centros classificados pelo IBGE como centros sub-regionais, são eles: Caicó e Pau dos Ferros (nível A); Assú e Currais Novos (nível B).

Em termos dos centros superiores, não houve mudanças significativas em relação ao REGIC 2000, entretanto no nível estadual houve algumas alterações, com destaque para o caso de Pau dos Ferros, município pólo da região do Alto Oeste, que ascendeu a centro sub-regional A. Pau dos Ferros, com uma população de 27.733 habitantes, pode ser caracterizado como um município eminentemente urbano, uma vez que mais de 92% de sua população reside em sua sede. (IBGE, 2010). A economia do município é sustentada pelo setor terciário (comércio e serviços públicos e privados), já que este setor tem sido responsável por mais de 75% do PIB municipal (IBGE, 2008).

Antes de adentrar na discussão mais específica sobre Pau dos Ferros, achamos interessante apresentar alguns dados dos principais municípios da região do Alto Oeste como forma de entender a realidade sócio-econômica da referida região, começando pela estrutura produtiva. A tabela 1 apresenta dados da composição do Produto Interno Bruto das duas maiores aglomerações do estado e das principais cidades do Alto Oeste.

Tabela 1 – População e Produto Interno Bruto (Municípios Seleccionados - 2005)

Município	População	PIB Total	Agropecuário	Industrial	Serviços	Impostos
ACP de Natal	1169369	9738475,68	123162,33	1700942,92	6325743,89	1588626,55
Mossoró	234390	1707796,85	47046,82	675967,55	810784,61	173997,86
Pau dos Ferros	26728	99964,65	3673,25	8646,82	79777,13	7867,44
Alexandria	13729	34800,64	2868,90	2673,36	27998,85	1259,53
Patu	11303	30664,08	1717,74	2361,20	25178,81	1406,33
São Miguel	22579	54292,92	3815,49	4298,98	43987,70	2190,76
Umarizal	10640	35713,11	2741,49	3111,13	27879,32	1981,17

Fonte: IBGE (2008) – Banco de Dados. Elaboração própria.

Importante ressaltar que grande parte da composição do terciário refere-se a serviços prestados pelo setor público. Com exceção de Pau dos Ferros e mais umas duas ou três cidades, que dispõem de um comércio mais diversificado, alguns serviços básicos e pelo menos uma agência bancária, o terciário das demais cidades do Alto Oeste é composto apenas pelos serviços simples, pelo pequeno comércio de caráter familiar. Essa predominância dos serviços públicos reflete diretamente na ocupação da população.

De acordo com o IICA (2006, p. 117)

[...] na Região, o pequeno comércio e os serviços de reparação de automóvel e objetos são as atividades mais representativas (9,7%), o que já era esperado visto que essa região dispõe de uma economia pouco especializada demandando um baixo de atividades complementares com setores como a indústria e a agricultura, ainda pouco mecanizadas. Os serviços de educação e aqueles prestados pela administração pública mobilizaram respectivamente 9% e 8%, da população ocupada da região e foram seguidos dos serviços domésticos (6%).

Com relação à participação dos serviços públicos na composição do PIB serviços, podemos observar que nos municípios do Alto Oeste Potiguar, essa participação atinge uma média quase sempre superior a 50% dos serviços; apenas Pau dos Ferros fica abaixo desse percentual, mesmo assim a participação do setor público é muito superior ao percentual de Mossoró e quase o dobro da Região Metropolitana de Natal como pode ser observado na tabela 2, abaixo. Dados do último Censo do IBGE mostram ainda que dos 10 municípios potiguares com maior participação do setor público, 06 estão localizados na região do Alto Oeste. IBGE (2010)

Tabela 2 – Participação da administração pública no valor dos serviços (Municípios Seleccionados - 2005)

Municípios	PIB serviços	Administração Pública	Adm. Pública/ Serviços
ACP de Natal	6325743,89	1569088,93	24,80
Mossoró	810784,61	312080,84	38,49
P Ferros	79777,13	36450,32	45,69
Alexandria	27998,85	16662,56	59,51
Patu	25178,81	14620,97	58,07
São Miguel	43987,70	28494,97	64,78
Umarizal	27879,32	16149,11	57,92

Fonte: IBGE (2008) – Banco de Dados. Elaboração própria.

A presença do setor público em Pau dos Ferros e na região é expressiva. Acreditamos que essa participação tem aumentado nos últimos anos com o programa de interiorização do ensino superior, inicialmente no âmbito estadual com a ampliação dos cursos superiores no Campus da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN em Pau dos Ferros em 2004 (03 para 07 cursos) e a criação de Núcleos de Educação Superior pela UERN nas cidades de Alexandria, São Miguel e Umarizal; e posteriormente (2009) a instalação de um Campus do Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFRN).

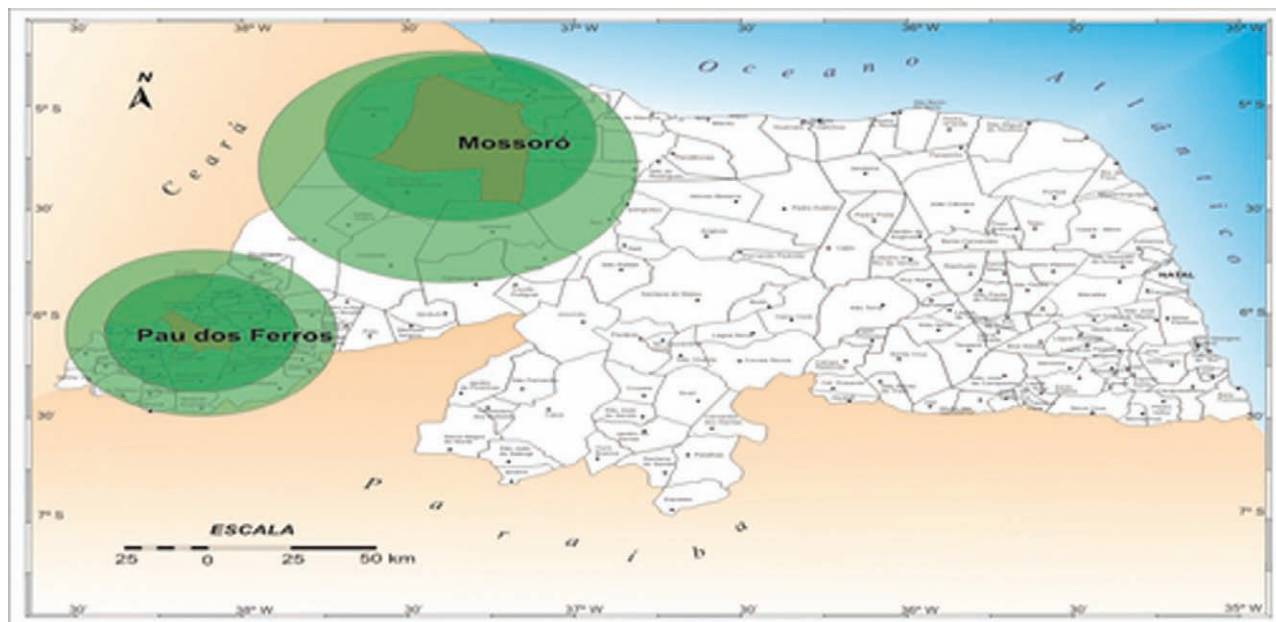
Ao concentrar vínculos econômicos e estabelecer relações e transações

comerciais com aproximadamente 40 municípios no entorno, Pau dos Ferros se configura como centro regional em expansão da microrregião supracitada, polarizando toda essa unidade espacial e apresentando um crescente movimento pendular de pessoas que vem em busca da grande disponibilidade de serviços públicos e comerciais existentes na cidade.

Em Pau dos Ferros, é visível como a recente ampliação da oferta do ensino superior e técnico público e privado⁸, tem contribuído para a dinamização da economia com destaque para o aumento dos serviços de hospedagem e alimentação e crescimento do setor imobiliário, bem como para a ampliação da área

de influência de Pau dos Ferros, que ultrapassa as fronteiras do RN, avançando em direção aos vizinhos estados da Paraíba e do Ceará, fazendo com este último Estado, inclusive fronteira física.⁹

Estas pequenas cidades ficam, portanto, subordinadas a Pau dos Ferros, que abriga o maior número de tipos e de estabelecimentos comerciais, sem falar na concentração das maiores áreas de mercado e população. Para Lima e Bezerra (2009), a disposição geográfica das cidades na região favorece esse cenário, uma vez que outros centros maiores, como Mossoró-RN e Sousa-PB, ficam relativamente distantes da sede urbana de Pau dos Ferros. (Ver Mapa).



Mapa 1 – Área de influência das cidades de Pau dos Ferros e Mossoró no Oeste do Rio Grande do Norte.

Cartografia: Josué Alencar Bezerra, out. 2009.

Fonte: Lima e Bezerra (2009)

Uma variável utilizada pelo IBGE que pode comprovar essa especificidade de Pau dos Ferros é a intensidade de relacionamentos estabelecidos com as demais cidades da região e com outros centros. Nesta variável Pau dos Ferros assume posição de destaque ao superar os demais centros sub-regionais em todas as variáveis selecionadas, em especial na intensidade de relacionamentos, conforme podemos observar no gráfico a seguir.

⁸ No ensino técnico, temos uma escola do setor privado que atua há mais de 05 anos no município, e recentemente, tivemos a instalação de um Campus do IFRN; no ensino superior, tem um Campus da UERN que oferece atualmente 09 opções de cursos de graduação e um Mestrado na área de Letras; o IFRN também com cursos de graduação na área das ciências naturais, além de três faculdades particulares que oferecem cursos no município.

⁹ As duas Instituições públicas (UERN e IFRN) juntas tem mais de 300 servidores entre docentes e técnicos cuja maioria passou a residir na cidade e recebem hoje mais de 2000 alunos provenientes de mais de 40 municípios do RN e de uns 15 municípios dos vizinhos estados do Ceará e da Paraíba.

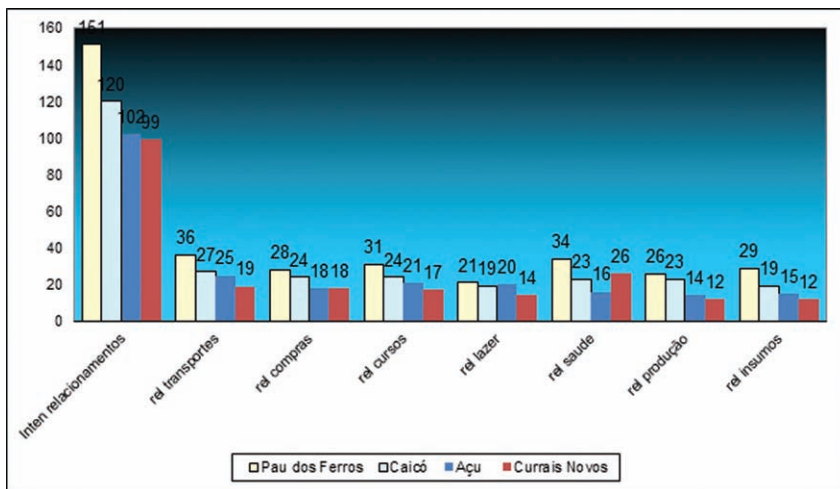


Gráfico 1 – Pau dos Ferros: centro polarizador por Intensidades de relacionamento (municípios selecionados – 2007)

Fonte: IBGE (2008) – Banco de Dados. Elaboração da autora.

O destaque assumido por Pau dos Ferros nos *relacionamentos* com outras cidades deve-se em grande parte a sua localização às margens de duas rodovias federais (BRs 405 e 226) e a proximidade das fronteiras da Paraíba e do Ceará. Essa especificidade em relação aos demais centros sub-regionais, bem como a própria distância dos dois grandes centros do Estado (Natal e Mossoró) faz com que haja grande convergência de pessoas em busca dos mais variados produtos e serviços em Pau dos Ferros.

Apesar do destaque como centro regional e do crescimento verificado na última década, a cidade de Pau dos Ferros ainda apresenta vários problemas internos que comprometem o seu desenvolvimento sócio-econômico e o bem-estar da população que ali reside. Apesar de sua população estar concentrada na zona urbana, a cidade não apresenta uma divisão territorial do trabalho diversificada, estando a maioria dos trabalhadores concentrados na rede de comércio e serviços. Trata-se de atividades que exigem pouca qualificação profissional, além de ser um ramo cuja expressão visível se traduz na proliferação de atividades e relações informais de trabalho, formas de ocupação que subsidiam a reprodução material de muitos indivíduos nesse espaço.

A problemática em questão é reflexo da fragilidade desse município em relação a centros maiores representada pela dependência de transferências constitucionais de recursos, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dada a carência

do desenvolvimento de estratégias econômicas de atração de investimento e geração de emprego e renda e a falta de capacidade de produzir sua própria receita, bem como a vulnerabilidade das políticas públicas.

Em termos intra-urbanos, a cidade de Pau dos Ferros está dividida em 14 bairros, 7 conjuntos habitacionais e 3 núcleos habitacionais. Dados do DATASUS colhidos durante uma pesquisa desenvolvida em 2010¹⁰ apresentam problemas estruturais e sociais em diversas áreas, bem como a diferenciação entre os bairros, o que influencia no perfil socioeconômico das pessoas que habitam este ou aquele espaço, o mesmo ocorrendo com os serviços que se deslocam de acordo com as classes de renda de um ou outro local.

Um dos aspectos que mostra essa diferenciação entre é o tipo de habitação existente em dois bairros considerados ‘nobres’ e dois bairros periféricos da cidade. Vejamos o gráfico abaixo.

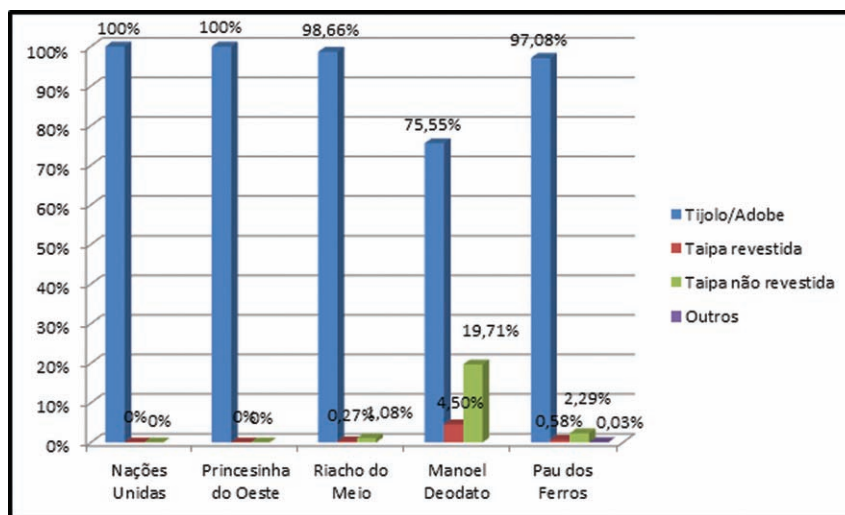


Gráfico 2 – Tipos de casa existente em Pau dos Ferros e bairros selecionados

Fonte: Dantas e Praxedes (2010)

¹⁰ Pesquisa oriunda do projeto intitulado: “Uma leitura contemporânea da dinâmica urbana de Pau dos Ferros, RN: território, planejamento e atores sociais”, coordenado por Dantas, executado em parceria com a UERN e com o auxílio de uma bolsista PIBIC/CNPQ.

O gráfico comprova a existência de casa de taipas no município (cerca de 3%), concentradas em dois bairros periféricos da cidade, Riacho do Meio (1%) e conjunto habitacional Manoel Deodato (24%). A Prefeitura Municipal em parceria com o Ministério das Cidades através do Programa de Urbanização Regulação e Assentamentos está trabalhando para erradicar as casas de taipas no município. De início o projeto visa construir 50 moradias, esse número chega a ser irrisório, visto que só no Manoel Deodato existem 199 casas de taipas. Ademais, a maioria dessas casas foi construída às margens do rio Apodi-Mossoró no Manoel Deodato, ou próximo ao açude 25 de março, localizado no Riacho do Meio, em ruas não asfaltadas, algumas não possuem sequer banheiros e sanitários e muitas vezes quando possuem são banheiros improvisados feitos e revestidos com material aproveitado (palhas, madeiras, pedaços de pau e outros) sem sanitário, com fezes e urinas sendo jogados a Céu aberto, causando vários prejuízos a sua saúde e ao meio ambiente. (DANTAS; PRAXEDES, 2010)

A ausência de saneamento básico no município demonstra a vulnerabilidade e a degradante situação vivenciada pela população residente, na medida em que apenas 12,82% das residências possuem sistema de esgotos, sendo o destino mais comum das fezes e urinas as fossas ou a céu aberto. Nesse ponto específico, a situação dos moradores de Pau dos Ferros se assemelha a de muitos situados em cidades pequenas da região, o que demonstra que a questão social, supera a lógica do dinamismo econômico apenas. O gráfico a seguir mostra a distribuição da rede de esgoto na cidade, o que comprova a problemática aqui levantada, haja vista retratar um problema básico que há muito deveria estar extinto dos problemas do urbano em nosso país e, hoje se vê relatado quase que extensivamente no campo de nossas análises.

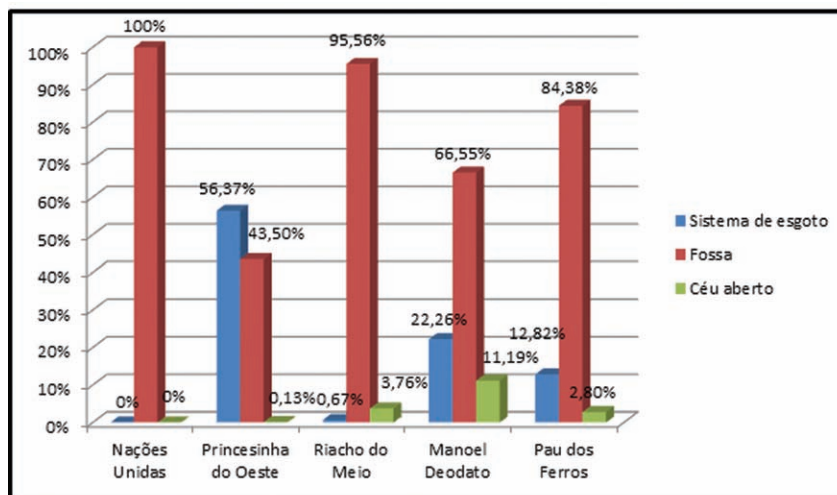


Gráfico 3 – Destino do esgoto em Pau dos Ferros e bairros selecionados

Fonte: Dantas e Praxedes (2010)

Também em relação ao sistema de esgotos podemos observar a diferenciação entre os bairros, no conjunto Princesinha do Oeste estão localizadas 70% das residências ligadas ao sistema de esgoto em Pau dos Ferros. Entretanto no caso do esgoto observamos que o Conjunto Nações Unidas, apesar de ser habitado por pessoas de poder aquisitivo considerado médio e médio alto para os parâmetros da cidade, não conta com nenhuma residência ligada ao sistema de esgoto, assim como não tem nenhuma rua pavimentada. Esse fato se justifica em virtude da expansão não planejada da cidade e do deslocamento das pessoas de maior poder aquisitivo em direção aos bairros mais afastados do Centro, primeiro para a Princesinha (construído como um conjunto habitacional pela extinta COHAB e hoje com a maioria de suas residências 'reformadas') e depois para as Nações Unidas.

Já em relação ao destino do lixo, apesar da coleta ser feita em sua maioria pela rede pública cerca de (96,16%), o lixo recolhido é depositado em um local na zona rural próximo a cidade sem as devidas condições de tratamento. (DANTAS; PRAXEDES, 2010) Sem falar que, o

“lixão” situa-se nas proximidades de riachos e pequenos açudes, com pessoas residindo em suas redondezas e com crianças e adultos catadores de lixo expostos a todos os problemas citados anteriormente, esse fato é confirmado pelo IICA (2006.p. 41), segundo o qual, “[...] os lixões a céu aberto, localizados nas imediações da cidade inscreveram-se na paisagem constituindo uma agressão ao meio ambiente e a qualidade de vida da população que habita nas proximidades”.

As desigualdades espaciais, sociais e econômicas já se tornam evidentes, áreas como Nações Unidas e Princesinha do Oeste são habitadas e conhecidas por concentrarem uma população de maior poder aquisitivo, e que tem a disposição uma quantidade maior de serviços, inclusive com a atuação mais premente do setor público. Paralelo a isso, bairros como o Riacho do Meio e o conjunto habitacional Manoel Deodato, que abrigam uma parcela significativa da classe baixa da cidade, são vistos inclusive por concentrarem os maiores problemas, numa divisão territorial claramente visível e identificável, para uma cidade que se encontra em expansão.

3 Conclusão

A exposição desse pequeno quadro de “(dês) continuidade” na desconcentração com que o Nordeste se defronta, principalmente a partir de 1990, e que tem se refletido negativamente nos índices sociais, não negam a heterogeneidade de ordem estrutural, agravada pelas políticas digam-se regressivas dos governos neoliberais. Parafraseando Brandão (2007) o estado brasileiro perde capacidade sistêmica e orgânica, e sua ausência em questões primordiais vem provocando um verdadeiro vácuo no processo decisório acerca do desenvolvimento regional e urbano até hoje não ocupado.

Apenas como forma de ilustração, de que o estado tem direcionado a maior parte do seu orçamento para locais mais competitivos, apresentamos alguns dados referentes ao Plano Plurianual do Rio Grande do Norte para o período 2008-2011, dos quais 27% dos investimentos estão direcionados para o Litoral Oriental, e, apesar de 56% poderem ser investidos em qualquer município potiguar, das quatro grandes propostas do PPA, três são para Natal e Região Metropolitana (Aeroporto de São Gonçalo, Trem metropolitano de Natal e Terminal pesqueiro de Natal) e o quarto, o Gasoduto Nordestão beneficiará a região petrolífera e salineira do Estado. (SEPLAN, 2007) Enquanto isso, as demais regiões, apesar das potencialidades existentes, ficam à mercê das transferências públicas constitucionais e dos programas de transferência de renda.

A região do Alto Oeste, na qual está localizado o município de Pau dos Ferros, a despeito de alguns investimentos estaduais e federais na área de educação técnica e superior, já citados, e de projetos de infraestrutura (BR 226 e Transposição do Rio São Francisco) em fase de implementação, bem como, alguns projetos localizados na área de turismo, poucos recursos tem chegado à região que não sejam provenientes de transferências públicas, sejam elas diretas ou indiretas. Enquanto

isso a população sofre com falta de infraestrutura, serviços básicos de educação e saúde, desemprego, pobreza, etc.

É necessário, portanto, uma integração entre as políticas públicas e a ampliação em escala nacional de políticas sociais, diga-se, universalizadas. Na mesma medida é imprescindível o Estado colocar no centro, como prioridade, uma política consistente de emprego e renda, que consolide as atuais ações voltadas ao crescimento de postos formais de trabalho, dando garantia mínima a muitos brasileiros. Faz-se indispensável ainda, a não perduração de políticas imediatistas de transferência de renda, de cunho assistencialista, uma vez que estas colocam muitos em situação vulnerável, alvos principalmente, de dominação política. Por fim, criar novas políticas que atendam de fato às demandas locais, embasadas nas particularidades de cada região, próprias da heterogeneidade regional em nosso país, que possam se não eliminar, minimizar, a desigualdade regional, social e econômica, já que esta é uma característica intrínseca ao sistema capitalista.

Apesar de hoje no Brasil, estar em curso algo em torno de um “novo desenvolvimentismo”, que embute uma lógica de consenso, entre crescer economicamente e desenvolver o social, o que o diferencia das políticas estritas neoliberais, não podemos dar vazão a afirmativas de modificações de ordem estruturais na economia brasileira como um todo, apesar de reconhecermos alguns avanços em se tratando da composição técnica e da produtividade do trabalho no âmbito interno. É notório que houve melhoras no mercado de trabalho brasileiro e na questão social, quando se observa um aumento da ocupação em nosso país, taxa que em 2009 já se aproximava dos 57% (PNAD, 2009); da valorização do salário mínimo (cerca de 1 trilhão nas mãos dos trabalhadores de salário base entre 2003 e 2010), ou mesmo a ampliação das transferências diretas de renda por parte do governo federal (um

adicional de R\$ 170 bilhões entre 2002 e 2008). (POCHMANN, 2010, p. 47-48). No entanto, estas medidas ainda se fazem insuficientes na eliminação das desigualdades em nosso país, não esqueçamos que apesar da propalada redução, o índice de Gini ainda continua nos seus 0,5 pontos. (IPEA, 2010). Ademais, em se tratando da produção da economia como um todo, é perfeitamente claro para nós, que perdura uma especialização produtiva em torno do “primário” mesmo que hoje sob novos patamares.

Diante do contexto apresentado, só podemos considerar que o processo de mudanças e de mobilização territorial de diversas indústrias no Brasil, que inclusive algumas vieram se instalar no Nordeste do país, embasados pelos incentivos fiscais aqui já relatados, são reflexos de uma lógica empreendida pelo capital, para extrair desses espaços o que lhe são próprios. Apesar do IPEA (2011) apresentar o Nordeste como a região que mais formalizou na última década, esta ainda é a menor formalizada do país (30% apenas). Isso é reflexo da intensificação de uma heterogeneidade, que ao invés de ter sido aproveitada para o desenvolvimento dessas localidades, ao concentrar a dinâmica em pólos produtivos, reproduzem mais desigualdade e pobreza, tomando aqui como exemplo, os persistentes problemas sociais apresentados aqui na região do Alto Oeste Potiguar no estado do Rio Grande do Norte, relegada aos determinantes mais gerais em curso na economia brasileira.

Referências

ARAÚJO, Tânia Barcelar. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.

BRANDÃO, Carlos. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

CARVALHO, Inaiá M. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. In: *Eure*. Vol. XXXII, Nº 95. Santiago de Chile, Maio de 2006.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. *Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste*. Natal/RN, 1997. (texto mimeo).

_____. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antonio C. F. *Região e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora da UNESP; ANPUR, 2003.

CORREA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DANTAS, Joseney R Queiroz; Praxedes, Lidiane L. Uma leitura contemporânea da dinâmica urbana de Pau dos Ferros, RN: território, planejamento e atores sociais. *Relatório final da pesquisa*. UERN, 2010.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Região de Influência das Cidades - 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/.../pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf. Acesso em: 10 de mai. de 2011.

_____. *Resultados do Censo 2010*. IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio_zip.shtm. Acesso em: 14 de dezembro de 2010.

_____. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008*. IBGE, 2010a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/defaulttab_zip.shtm. Acesso em: 23 de março de 2011.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste: Volumes 2 e 3*. Natal/RN: IICA, 2006.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – *PNAD 2009: Primeiras Análises - Distribuição de Renda entre 1995 e 2009*. Brasília, 2010.

[Comunicado nº 63]. Disponível em: http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/101005_comunicadoipea63.pdf. Acesso em 18 de mai. 2011.

_____. *Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009*. 2011. [Comunicado nº 88]. Disponível em: www.ipea.gov.br/.../index.php?...trabalho...brasil-entre-2001-e-2009. Acesso em: 10 de mai. 2011.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

POCHMANN, M. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 104 p. [Brasil em debate: v.2].

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Plano Plurianual 2008-2011*. Natal-RN: SEPLAN, 2007.

TAVARES, M da Conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luis. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano

Área de concentração

- A Dimensão Regional do Desenvolvimento
- Administração do Desenvolvimento